

ESTUDO DO MERCADO INFORMAL DE TRABALHO

NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Termos de referência

SALVADOR

Maio, 1981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. DIMENSIONAMENTO PRELIMINAR DO MERCADO INFORMAL DA REGIÃO METROPOLITANA

1.1. Estimativa com base no Censo de 1980

1.2. Hipótese relativa às principais categorias

2. ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

3. ESCOPO DO ESTUDO

3.1. Atividades domésticas e afins

3.2. Atividades comerciais

3.3. Os cultos africanos e a ocupação

3.4. Outras atividades

4. ROTEIRO DO ESTUDO

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O mercado informal de trabalho é constituído por aquelas que trabalham sem carteira profissional. Assim, embora disponham da alternativa de inscrever-se no INPS como autônomos, o que daria a seus integrantes acesso à assistência médica e aposentadoria, en tão automaticamente excluídos das demais franquias da legislação social (repouso remunerado; férias; fundo de garantia, PIS, etc). Devido a essa circunstância passou a vigorar o entendimento de que o mercado informal poderia ser compreendido à luz das categorias econômicas de sub-emprego ou desemprego disfarçado. Em con sequencia, uma das tarefas do desenvolvimento brasileiro consis tiria em encontrar empregos formais para esse contingente. A fim de dispor de uma idéia da magnitude de semelhante tarefa, basta dizer que o mercado informal deve corresponder à metade da força de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, vigorando pro porções análogas em áreas de maior concentração populacional, co mo é o caso do Rio de Janeiro.

Com o propósito de melhor definir as relações entre os mercados formal e informal na área dos serviços — em especial o comércio e o turismo —, a Secretaria da Indústria e Comércio deu início ao estudo sistemático dessa realidade, tendo esbarrado com a evi dência de que as categorias que espelham com acerto as relações formalizadas de trabalho não parecem adequadas à nova situação. Os indicadores que facultaram semelhante convicção, adiante resu midos, não nos permitem, entretanto, formulações conclusivas, ra zão pela qual requer-se ulterior aprofundamento da análise empre endida.

É certo que a condição de biscateiro ou trabalhador avulso achase associada, mais das vezes, situações de grande pobreza e condições desumanas de habitação. Contudo, é necessário dimensionar a magnitude desse contingente porquanto não esgotam toda a realidade. Algumas atividades desenvolvidas no mercado informal não tendem a formalizar-se, segundo se supõe. Ao contrário, tudo leva a crer que correspondam a "status" definitivo, em alguns casos obedecendo a motivações extra-econômicas. Outras parecem assegurar níveis de remuneração satisfatórios e, igualmente perspectiva de ascensão social. Assim, dispomos de vários elementos comprobatórios de que o mercado informal está longe de corresponder a algo desestruturado, que tenderia a desaparecer e formalizar-se.

Tais elementos, contudo, como se verá logo a seguir, não permitem a formulação de políticas governamentais consentâneas, razão pela qual são indicadas, nesta oportunidade, aquelas tarefas que deverão conduzir-nos a melhor conhecimento do quadro real.

1. DIMENSIONAMENTO PRELIMINAR DO
MERCADO INFORMAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

1.1. Estimativa com base no Censo de 1980

Em novembro de 1976, sob o patrocínio do BNH e da SETRABES, teve lugar pesquisa domiciliar com o objetivo de realizar diagnóstico habitacional. Nesse inquérito, investigou-se a condição do emprego, para distinguir aqueles que se achavam sob o regime da CLT dos que trabalhavam sem carteira ou estavam inscritos no INPS como autônomos. Confrontando-se os resultados globais dessa pesquisa com a população que se encontraria na RMS, naquela data, tomando-se por base os índices de crescimento apurados pelo Censo 1980, verifica-se que a margem de erro equivale a 5,5%, porquanto apurou-se população de 1.405 mil habitantes, enquanto o Censo 1980 permitiria estimá-la em 1.487 mil. Dessa forma, os indicadores apurados pela pesquisa BNH-SETRABES são plenamente confiáveis, facultando a elaboração de quadro preliminar do mercado informal da RMS.

Em conformidade com a pesquisa BNH-SETRABES, o mercado de trabalho correspondia a 31% da população, sendo que a massa de trabalhadores sem carteira equivalia a 52% desse contingente. Adotando-se esses índices, verificaríamos que o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, em 1980, absorveria 547,5 mil pessoas, das quais 285,2 mil constituiriam o mercado informal.

1.2. Hipóteses relativas às principais categorias

A pesquisa BNH-SETRABES não facultava a plena identificação das categorias integrantes do mercado informal, mesmo porque, louvando-

se do catálogo de profissões elaborado pelo IBGE, não dispõe de classificação mais discriminada dos serviços, imprescindível à pretendida identificação. De todos os modos, contudo, algumas atividades acham-se dimensionadas de modo satisfatório, prescindindo-se de maior investigação.

Tal é o caso, precisamente, das atividades domésticas e afins. Os dados da pesquisa BNH-SETRABES permitem verificar que se trata do contingente mais numeroso.

Segundo a fonte considerada, em novembro de 1976, 72,5 mil pessoas, dentre as que trabalhavam sem carteira, encontravam-se no grupo das atividades domésticas, a saber: domésticos propriamente ditos, 46,8 mil; lavadeiras e passadeiras, 15,2 mil e costureiras, 10,5 mil. Supondo-se que o crescimento dessa parcela de trabalhadores haja acompanhado a tendência da expansão populacional (4,3% ao ano), corresponderia em 1980 a 82,2 mil pessoas, isto é, 28,8% do mercado informal.

No que respeita ao comércio, a pesquisa em apreço encontrou 56,7 mil pessoas vinculadas a essa atividade, das quais 36 mil trabalhando sem carteira (comerciantes, 16,6 mil, a maioria registrada como autônomos; 13,3 mil ambulantes e 6 mil comerciários).

A investigação mais pormenorizada desse setor, recorrendo-se a outras fontes, permitiu verificar que na categoria de ambulantes foram arrolados apenas os que praticam esse comércio, de forma regular, em determinados locais da Grande Salvador e não o conjunto ligado a essa atividade (vendedores nas praias; nas diversas fes

tas religiosas e de bairros, etc.). Segundo a Associação Profissional que congrega os ambulantes, seu número em 1980 ascendia a cerca de 15 mil, desempenhando suas funções nas localidades discriminadas no Quadro 1. Além disto, a classificação adotada naquela pesquisa (comerciantes; comerciários e vendedores ambulantes) não reflete o processo de modernização experimentado pela atividade comercial, impondo pesquisa específica para alcançar dimensionamento mais consistente.

Ainda assim, a pesquisa BNH-SETRABES aponta para o fato de que o comércio seria uma ocupação relevante no mercado informal. Mesmo fazendo-se caso omissso de que a quantificação ali efetivada é incompleta, os números então consignados já corresponderiam a cerca de 15% do mercado informal.

O terceiro contingente mais importante do mercado informal seriam as religiões afro-brasileiras. Esse elemento não se infere da pesquisa antes comentada mas da verificação de que tais casas religiosas abrigam certo número de pessoas ocupadas permanentemente. Não foi possível, no prazo até então transcorrido, completar o cadastro dos cultos afro-brasileiros, com fins estatísticos, sendo esta uma tarefa a ser complementada.

Finalmente, as demais categorias do mercado informal que corresponderiam a contingente de certo peso seriam: guardadores e lavadores' de automóveis; motoristas de taxi e assemelhados; e prestadores de pequenos serviços.

QUADRO 1

NÚMERO DE AMBULANTES SEGUNDO AS PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES - 1980

<u>AGLOMERAÇÕES</u>	<u>Nº DE PESSOAS</u>
Baixa dos Sapateiros	1.250
Comércio	1.200
Barroquinha	400
Av. Sete	1.100
Praça da Sé	600
Terreiro (feira de artesanato)	300
Largo Dois de Julho	350
Bonfim	90
Calçada	1.250
Ribeira	500
Itapoã	450
Brotas	350
Cosme de Farias	450
Paripe	550
Periperi	550
Plataforma	350
Diversos	5.000
TOTAL	<u>14.740</u>

2. ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

A atuação governamental de interesse do mercado informal resume-se aos programas que são adiante brevemente caracterizados.

PROGRAMA DE APOIO A TRABALHADORES AUTÔNOMOS - PROAUTÔNOMOS

A experiência desse programa acha-se relatada no documento de igual nome editado pela Fundação Baiana para o Trabalho e abrange lavadeiras; atendentes de puericultura; e trabalhadores eventuais. A Fundação tem atuado junto aos grupos indicados mediante a criação de Associações que se incumbem do gerenciamento. Segundo o relatório em apreço, a Associação de Lavadeiras contava com 66 associados em maio de 1977 e 72 em dezembro de 1978. Mantinha em funcionamento três núcleos, equipados com 10 máquinas de lavar além de número superior de ferros elétricos, tábua de passar e tanques. A Associação de Atendentes de Puericultura elevou o número de associados, no mesmo período, de 36 para 215, tendo obtido para 60% remuneração entre Cr\$ 2 e 4 mil mensais. A Associação de Trabalhadores Eventuais contava com 61 associados, em sua maioria mulheres, realizando serviços de limpeza residencial e comercial.

ATUAÇÃO JUNTO A MICRO-EMPRESA (UNO-Bahia e PRODEMÉR)

À primeira vista, as pequenas empresas escapariam à análise com o propósito de definir políticas para o mercado informal. Contudo, este segmento, que parece ser muito vasto, corresponde a elemento intercalar entre os dois mercados, razão pela qual os programas considerados teriam que ser levados em conta.

A UNO-Bahia é entidade privada instituída em 1975. Atua na linha de fortalecimento gerencial e obtenção de crédito junto à rede bancária.

No triênio 1976/1978, a UNO-Bahia cadastrou 8.422 micro-empresas na Área Metropolitana de Salvador, realizou diagnóstico em cerca de 400 e encaminhou propostas de financiamento para 256.

As micro-empresas são definidas segundo estes parâmetros:

	<u>Comerciais</u>	<u>Indústrias e outras</u>
Nº de empregados	até 5	até 10
Faturamento Mensal (Cr\$)	125.000	220.000
Patrimônio da empresa (Cr\$)	450.000	
Patrimônio pessoal (Cr\$)	325.000	

O valor médio dos empréstimos ascendeu a Cr\$ 41.562 em 1978. Os empréstimos não reembolsados nos bancos não chegavam a 2%.

No triênio a UNO-Bahia ministrou 42 cursos para empresários, com a participação de 521 pessoas.

A experiência da UNO-Bahia foi levada às diversas localidades do Recôncavo, através do PRODEMER - Programa de Desenvolvimento para Micro-Empresas do Planalto do Recôncavo.

ATUAÇÃO DA SETRABES JUNTO AO ARTESANATO

A SETRABES é o órgão Governamental que atua de modo permanente jun

to ao artesanato, embora algumas iniciativas tenham contado com a colaboração de outras entidades, como é o caso da BAHIATURSA.

A atuação da SETRABES se exerce através da Coordenação de Fomento ao Artesanato — órgão de planejamento, pesquisa e orientação técnica — e do Instituto Mauã, que promove e comercializa produtos do artesanato.

A principal promoção consiste na Feira de Artesanato Baiano, realizada anualmente, em Salvador, desde 1975.

O Instituto Mauã mantém 75 agências no interior, que se dedicam ao treinamento, e lojas comerciais em sua sede, no Iguatemi e em Brasília. Essa entidade adquire os produtos à vista (os que têm mercado assegurado), pagando 50%, ou simplesmente os recebe em consignação. Em Salvador, o Instituto vende, em média, Cr\$ 500 mil nos meses de alta estação e Cr\$ 300 mil nos da baixa estação, faturando em torno de Cr\$ 4 milhões anuais.

A SETRABES dispõe de uma classificação dos ramos de atividade por centros de produção (relacionada a seguir) e suficiente familiaridade com a atividade dos principais núcleos de comercialização de produtos do artesanato (mercado modelo, feira do Terreiro de Jesus e feira do interior).

Funcionam no Estado três cooperativas de artesãos (Rio de Contas, Vale do Paraguaçu e Salvador) congregando associados. Estas entidades acham-se agrupadas na Cooperativa Central, com sede em Salvador.

Artesanato - Ramo de atividade por centros de produção:

Prataria - objetos de adorno e decoração encontrados em Salvador e Santo Antonio de Jesus.

Madeira - entalhes, esculturas e outros objetos de utilidade e para decoração, produzidos em Salvador, Cachoeira, Porto Seguro.

Rendas - confeccionadas em almofadas de bilro, usadas para complementar trajes e na decoração de ambientes, confeccionados em Salvador, Ilha de Maré, Saubar, Salinas das Margaridas, Andaraí e Livramento.

Tecelagem - objetos utilitários, decorativos encontrados em Salvador, Caldas de Cipó, Dom Basílio e Livramento.

Cerâmica - objetos utilitários, decorativo e lúdico, produzidos em quase todo o Estado, especialmente em Maragogipinho, Rio Real, Livramento, Monte Santo, Irarã, Santo Antonio de Jesus, Cachoeira e Serrinha.

Couro - artefatos de montaria, objeto de uso muitas vezes condicionados pela moda. Confeccionados em Salvador, Feira de Santana, Ipirã, Jequiê, Juazeiro e Vitória da Conquista.

Trançados - artesanato de fibras diversas, na maioria das vezes utilitária. Encontrados em Salvador, Ipirã, Caldas de Cipó, Lobato, Irarã, Ilha de Itaparica, Livramento e Rio Real.

Bijouterias - utilizadas para adorno, confeccionadas em Salvador com sementes regionais.

Berimbau - instrumento usado para ritmar a capoeira e também como elemento decorativo, produzido em Salvador.

Ferramentas de Candomblé - confeccionadas em Salvador usadas nos terreiros de Candomblé.

Outros metais - artesanato utilitário e decorativo em placa, cobre, flandre, botão, níquel, ferro e outros. Encontrados em Salvador, Rio de Contas, Ipirã, Monte Santo, Caldas de Cipó e Rio Real.

Artesanto indígena - usado para decoração, confeccionados pelos índios de Porto Seguro.

3. ESCOPO DO ESTUDO

O estudo do mercado informal ora considerado destina-se a complementar o dimensionamento das principais categorias que o integram, a fim de que, à luz do conhecimento mais apropriado da realidade, sejam propostos reajustamentos compatíveis na política governamental para o setor. Acerca de cada uma das tarefas requeridas são efetuados os breves comentários que se seguem.

3.1. Atividades domésticas e afins

O dimensionamento das atividades em epígrafe pode ser considerado'

como satisfatório. Trata-se, como se viu, de contingente muito numeroso, da ordem de 80 mil pessoas.

À luz desse número, salta às vistas a irrelevância da intervenção' governamental. Assim, no que respeita a esse segmento, as atenções estariam voltadas para a formulação de um programa exequível e que tivesse maior abrangência.

3.2. Atividades Comerciais

As atividades informais efetivadas no âmbito do comércio precisariam ser consideradas tomando-se o setor como um todo, a fim de evitar duplicação. Além disto, as informações relativas ao segmento formal são disponíveis.

É mister, entretanto, partir de uma tipologia que atenda à circunstância presente e que poderia ser a seguinte:

Comércio atacadista - Outrora preponderante, graças à disseminação da rede rodoviária, que tornou supérflua a existência dos grandes 'empórios comerciais sem qualquer especialização, tende a circunscrever-se a determinadas áreas que podem ser identificadas sem dificuldade.

Comércio varejista especializado - Compreende as atividades melhor estruturadas, tais como super-mercados e lojas especializadas e constituem a principal resultante do processo de modernização da atividade comercial, adiante caracterizado.

Comércio disseminado - Integrado por padarias, bares, quitandas, e feirantes.

As três categorias anteriores abrangem o que se poderia denominar de comércio estabelecido. Além deste, contudo, funciona, o comércio ambulante. Este é integrado não apenas pelos que justificam a denominação - isto é, realizam suas vendas circulando pelas praias, logradouros e ruas - mas também pelos que colocam seus tabuleiros' (às vezes igualmente instalações mais completas) em locais fixos.

O número de estabelecimentos comerciais na Região Metropolitana de Salvador, entre 1970 e 1975, em consonância com os Censos respectivos não se ampliou significativamente, passando de 10,2 mil para cerca de 11 mil. Justamente o Censo Comercial de 1975 pode ser tomado por base para aferir-se o quadro atual, que, muito presumivelmente, não se alterou sobremaneira neste último quinquênio, a exemplo do anterior. Essa fonte deve permitir dimensionamento satisfatório do comércio atacadista e do comércio varejista especializado. Quanto ao comércio disseminado, pode ser identificado recorrendo-se tanto aos dados do Censo como aos registros existentes nas Prefeituras, a exemplo dos que são transcritos nos Quadros II a V, adiante.

O comércio ambulante teria que ser pesquisado diretamente, complementando-se os registros disponíveis nos órgãos de classe com entrevistas selecionadas.

Com auxílio de conhecedores do setor, ter-se-ia que proceder-se a uma descrição dos principais tipos e formas do comércio ambulante, abrangendo tanto as praias e logradouros públicos, como as festas tradicionais.

A investigação considerada deve permitir-nos compreender os percursos do processo de modernização da atividade comercial, em especial na capital baiana, que apresenta as peculiaridades adiante aponta-

QUADRO II

NÚMERO DE FEIRAS FIXAS E FEIRANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

- DEZEMBRO/79 -

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE FEIRAS	NÚMERO DE FEIRANTES		TOTAL
		CADASTRADOS	AVULSOS	
CAMAÇARI	1	800	80	880
CANDEIAS	1	-	600	600
ITAPARICA*	-	-	-	-
LAURO DE FREITAS*	-	-	-	-
SALVADOR (1)	21	2.320	341	2.661
S. FRANCISCO DO CONDE	-	-	-	-
SIMÕES FILHO	-	-	-	-
VERA CRUZ*	-	-	-	-
TOTAL	23	3.120	1.021	4.141

FONTE: PESQUISAS DIRETAS NAS PREFEITURAS MANICIPAIS

* Não existem feiras fixas nesses municípios.

(1) Discriminadas no Quadro III

QUADRO III

FEIRAS FIXAS DA CIDADE DO SALVADOR - 1979

Nº DE ORDEM	LOCALIZAÇÃO	FEIRANTES		
		CADASTRADOS	AVULSOS	TOTAL
01	LIBERDADE	22	53	75
02	BXA. DOS SAPATEIROS (Confecções)	76	-	76
03	ITAPOÃ	81	39	120
04	PARIPE	38	24	62
05	I.A.P.I.	14	6	20
06	PERO VAZ	19	-	19
07	RIBEIRA	35	20	55
08	PÇA CAIRÚ (FLÔRES)	9	-	9
09	SÃO BARTOLOMEU (PIRAJÁ) BEBIDAS	34	-	34
10	RESENDE COSTA (JARDIM CRUZEIRO)	66	25	91
11	ALMEIDA BRANDÃO (PLATAFORMA)	10	5	15
12	PERIPERI	138	23	161
13	CALÇADA	28	-	28
14	LARGO DO TANQUE	-	15	15
15	SÃO CAETANO	15	13	28
16	COSME DE FARIAS	1	71	72
17	PRAÇA DIVINA (BXA. DO BONFIM)	5	-	5
18	NORDESTE DE AMARALINA	-	25	25
19	BROTAS	-	22	22
20	AMARALINA	16	-	16
21	SÃO JOAQUIM(x)	1.713	-	1.713
TOTAL		2.320	341	2.661

FONTE: Departamento de Serviços Especiais - Secretaria de Serviços Públicos

QUADRO IV

MERCADOS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR - 1979

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE MERCADOS	QUANTIDADE DE BOXES	QUANTIDADE DE PERMISSIONÁRIOS
CAMAÇARI	3	227	134
CANDEIAS	1	88	80
ITAPARICA	1	26	26
LAURO DE FREITAS	-	-	-
SALVADOR (1)	10	1.105	899
SÃO FRANCISCO DO CONDE	1	25	18
SIMÕES FILHO	1	117	117
VERA CRUZ	-	-	-
TOTAL	17	1.588	1.274

FONTE: PESQUISAS DIRETAS NAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

(1) Discriminados no Quadro V

QUADRO V

MERCADOS MUNICIPAIS DE SALVADOR - DADOS GERAIS - AGOSTO/79

Nº DE ORDEM	NOME	ENDEREÇO	BAIRRO	QUANTIDADE DE BOX	QUANTIDADE PERMISSO-NÁRIA (x)	ÁREA TOTAL M ² (xx)	TAXA MENSAL ARRECADAÇÃO MÉDIA MENSAL Cr\$ 1,00 (xxx)
01	MODELO	Pça Cairu	COMÉRCIO	225	222	2.542,34	182.541,81
02	SÃO MIGUEL	J.J. Seabra	BXA. DOS SAPATEIROS	323	248	5.000,00	134.523,73
03	POPULAR	Av. Frederico Pontes	ÁGUA DE MENINOS	168	112	991,25	21.505,00
04	CURTUME	Rua Luiz Maria	BXA. DO FISCAL	223	198	1.731,30	35.724,14
05	ITAPOÃ	R. Genebaldo Figueiredo	ITAPOÃ	51	37	321,73	8.477,00
06	MARIQUITA	Praça Mariquita	RIO VERMELHO	30	19	156,25	4.442,21
07	MARIQUITA (PEIXE)	Praça Mariquita	RIO VERMELHO	12	12	58,44	1.624,57
08	JAPÃO	Rua 1º de Setembro	LIBERDADE	52	37	229,35	4.355,14
09	RIBEIRA	Pça General Justo	RIBEIRA	7	7	26,27	1.850,00
10	FLÔRES	Inocência Galvão	LGO. DOIS DE JULHO	14	7	65,60	1.442,28
T O T A L				1.105	899	11.122,53	396.485,88

(x) Existe permissionária com mais de um Box

(xx) Área ocupada pelos Boxes

(xxx) Média mensal referente ao período de JAN/AGO/79

FONTE: Departamento de Serviços Especiais - Secretaria de Serviços Públicos

Considera-se que a antiga Feira de Água de Meninos, situada nas imediações do porto de Salvador, constitua o principal símbolo do comércio tradicional na metrópole. Local de acesso fácil para os produtores do interior, não era apenas um ponto privilegiado de abastecimento dos habitantes da capital mas igualmente local de "escambo", onde os frequentadores originários do interior, após realizar suas mercadorias, compravam os bens de que necessitavam para consumo próprio ou revenda. Em tais circunstâncias, a discriminação de funções era muito tênue, confundindo-se atacadistas e varejistas, inexistindo maior especialização.

O grande empório se completa pela presença de alguns mercados, espalhados pela cidade, das feiras móveis e da rede de quitandas.

Essa rede tradicional era infensa a qualquer tipo de modernização. A rede rodoviária minimizou o papel do transporte marítimo, fluvial e ferroviário. O sistema tradicional de abastecimento não pareceu ter sido afetado pela circunstância. Um grande incêndio, em 1964, destruiu as instalações da cabeça do sistema - a Feira de Água de Meninos - mas do evento só resultou que se distanciasse um pouco do porto, passando para a Enseada de São Joaquim, com o que se aproximou da estação ferroviária (Calçada).

O processo de modernização das atividades comerciais na Capital somente se iniciou com a entrada em funcionamento dos super-mercados. Estes concentraram rapidamente a comercialização de gêneros alimentícios (exclusive hortigranjeiros) e, em geral, de produtos de consumo de massa (material de limpeza, utensílios domésticos, etc.). O super-mercado impôs que a rede comercial organizada seguisse o caminho da especialização e da sofisticação crescentes.

Em 1973, o governo empreendeu um passo significativo para a modernização do comércio, implantando a CEASA, destinada a operar naquela faixa em que o super-mercado não lograra consolidar-se: o setor de verduras, legumes e frutas.

O processo de modernização criou a expectativa de que viria a abranger todo o comércio, isto é, não se limitaria aos super-mercados, ao comércio especializado e ao esquema CEASA. Deveria abranger as funções desempenhadas pelas feiras (permanentes e móveis) e pelas quitandas e ambulantes. Tinha-se em vista que, numa certa época da vida da cidade, o comércio ambulante era sobretudo de verduras, frutas e legumes. A disseminação do uso da geladeira permitiu às famílias abastecer-se para períodos maiores, eliminando o velho tipo de ambulante. E passariam a fazê-lo nos centros de distribuição implantados pela CEASA, tornando desnecessária a feira de antigo estilo. Também o processo de substituição das quitandas deveria ter prosseguimento.

Sabe-se hoje que essa expectativa não se confirmou.

A julgar pelos dados disponíveis, entre 1973 e 1979 a Feira de São Joaquim teve suas dimensões duplicadas. No primeiro daqueles anos, havia 726 "boxes" ocupando uma área de 8.000 m². Em 1979, o número de pontos comerciais eleva-se a 1.713 e a área ocupada a pouco menos de 20 mil m². Como no passado, a feira abriga ainda grande número de vendedores que não utilizam os "boxes" mas exibem seus produtos utilizando balaios, sacos ou outros equipamentos improvisados.

Além da Feira de São Joaquim funcionam outras feiras fixas, em número de nove. Tampouco desapareceram as feiras móveis.

Como se explica o fenômeno?

Qual a razão pela qual o processo de modernização não se universalizou?

A título especulativo pode-se sugerir que o processo de modernização do comércio não decorre apenas de imperativos da oferta. Tampouco seria lícito supor que o hábito ou a tradição torna-se obstáculo intransponível. Talvez a explicação encontre-se numa faixa intermediária dessas hipóteses, a saber: alguns hábitos podem ser preservados em função de imperativos econômicos inelutáveis. A pouca disponibilidade de "giro" pode contribuir para a preservação de um comércio apto a ofertar quantidades diminutas, fornecer gêneros alimentícios a prazo, etc. Em suma a pobreza pode explicar a sobrevivência das feiras e quitandas. Esta contudo não consistiria numa hipótese exclusiva.

Pode-se tratar também de uma forma de auferir maiores rendimentos para aquelas pessoas que não têm qualquer especialização.

Se essa linha de explicação tiver algo a ver com a realidade, o processo de modernização nos termos imaginados nos começos do decênio torna-se francamente indesejável. Ou melhor: não seria interessante que as formas de comércio tradicional fossem simplesmente substituídas pelas modernas. Mas que a integração das duas modalidades assumisse graus crescentes de complexidade, isto é, na medida em que a elevação dos níveis de renda tornassem dispensável o tipo de serviço que ora prestam, deveriam ser imaginadas formas de integrá-las nos novos setores em emergência (turismo, por exemplo).

3.3. Os cultos africanos e a ocupação

O posicionamento da sociedade baiana em face dos cultos africanos alterou-se significativamente neste pós-guerra. Semelhante alteração consiste sobretudo no reconhecimento de que se trata de uma religião profundamente arraigada em várias camadas da população, que resistiu a séculos de perseguições e ⁿincompreensões. A circunstância de que haja perdurado por tão longo tempo o clima de intolerância há de ter resultado basicamente no fato de que o Estado português contou desde o seu nascedouro com uma religião oficial, situação que se manteve inalterada, com a Independência. A separação entre a Igreja Católica e o Estado, efetivada pela República, vigorou na verdade durante curto período, desde que, após 1930, voltou-se na prática à situação anterior. O princípio de que, perante o Estado, todas as religiões se equivalem, devendo a sociedade reger-se segundo pressupostos laicos, somente adquiriu foros de cidadania depois da Revolução de 1964, em parte por uma opção da própria Igreja Católica.

O fato de que a sociedade baiana haja alterado seu posicionamento - mudanças que acabou criando níveis de tolerância equiparáveis em várias capitais do país - não se explica, entretanto, pela evolução das relações entre a Igreja Católica e o Estado. Esse desfecho corresponde a uma conquista dos próprios interessados, que acabariam contando com as simpatias de eminentes intelectuais, que se dispuseram a estudar os cultos africanos sem qualquer preconceito, ou deles se aproximar abertamente, estabelecendo um paradigma que acabaria adotado pela própria sociedade.

Os cultos africanos são pois, na atualidade, um segmento importante da vida religiosa na Bahia, ao lado da Igreja Católica e das

Igrejas protestantes. Contudo, a larga tradição de mantê-los na virtual clandestinidade impediu que se conhecesse muitos dos aspectos relacionados ao seu funcionamento, sobretudo os ocupacionais. A presente análise busca preencher essa lacuna.

Os cultos africanos inserem algumas subdivisões básicas, decorrentes sobretudo de influências sofridas no novo habitat, consistindo estas, basicamente, nas seguintes: os que se mantiveram mais próximos da inspiração original (Candoblê); os que sofreram influência de práticas religiosas aborígenes (macumba); e as que foram influenciadas pelas doutrinas espíritas cultuadas no Ocidente (pomba-gira). Em que pese as diferenças, os esquemas de funcionamento são semelhantes.

A organização é sobretudo celular, inexistindo qualquer hierarquia formalmente estabelecida, embora cada grupo disponha da respectiva liderança, conquistada com base na tradição. A adesão à Federação do Culto Afro Brasileiro é voluntária e a entidade, embora depositária dos elementos comprobatórios da fidelidade à tradição litúrgica, de parte das Casas e seus responsáveis, incumbindo-lhe, em certas circunstâncias, atestá-la, tem notadamente atribuições de caráter jurídico-assistencial.

As Casas (ou terreiros) organizam-se em torno de uma personalidade (mãe ou pai-de-santo) e abrigam diversas pessoas incumbidas de tarefas religiosas e, igualmente, do desempenho de tarefas que possam contribuir para a manutenção da entidade.

Sem preocupação de estabelecer qualquer hierarquia, são as seguintes:

Filhos e Filhas de Santo - O ciclo de formação de tais crentes demora em torno de tres meses, obedecendo a rituais rigorosamente prē-estabelecidos, cuja assimilação é atestada por conhecedores do culto, pertencentes a outras casas. A maioria destes, embora assumam determinados compromissos religiosos (obrigações), exerce suas atividades normalmente, como os integrantes de quaisquer outras religiões. Uma parte entretanto fica agregada à Casa, seja para assegurar sua continuidade seja para ajudar o responsável na prática dos atos religiosos.

Responsáveis pelo ensino dos ritos, na parte relativa à música e cantos. Como suas atividades exigem integral dedicação à Casa, nela habitam e por ela são sustentados.

Responsáveis pelos serviços domésticos, que cozinham, lavam roupa e realizam as tarefas de limpeza, não sendo entretanto considerados ' como serviçais mas integrantes das Casas.

Finalmente, a massa de aderentes, como em qualquer outra Igreja, cujos vīnculos com a Casa, exteriormente, resumem-se à presença nas diversas cerimōnias.

Assim, a exemplo das diversas outras instituições religiosas, os cultos africanos mantêm equipes permanentes que são sustentados pelas respectivas Casas. Além disto, para auferir rendas que assegurem a sustentação financeira das Casas, certos serviços religiosos ' são cobrados, como ocorre comumente em tais casos e as Casas incūmbem-se diretamente de certos serviços prestados à comunidade (comērcio ambulante de comidas típicas, realizado pelas "baianas"; etc.

O professor Vivaldo da Costa Lima, conhecido antropólogo baiano, no seu ensaio A família de santo nos candoblês jeje-nagôs da Bahia (UFBA, 1977) observa que já em 1966, o antropólogo americano Herskovits chamara a atenção para a necessidade de aprofundar-se o conhecimento das relações econômicas no Candoblê, no texto "Some economic aspects of the afrobahian candoblê". O próprio Prof. Costa Lima, no ensaio citado, apresentou um roteiro para o estudo de tais aspectos, com base no qual se estabeleceu o elenco de elementos a serem levantados junto àqueles centros religiosos, adiante enumerados.

A fim de permitir a efetivação de amostra estatística, a pesquisa em apreço teria que ser precedida da elaboração de um Cadastro das Casas Religiosas dos Cultos Afro-brasileiros. Esse Cadastro, já iniciado, circunscreveu-se à cidade de Salvador, onde foram registradas 978 casas, discriminadas no Quadro VI.

Com vistas à identificação das relações entre o candoblê e a ocupação, na Região Metropolitana de Salvador, teriam que ser ultimadas estas tarefas:

1. atualização do Cadastro das Associações Religiosas, abrangendo, além do candoblê, os cultos afins, e incluindo todos os municípios compreendidos na Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz);
2. classificação das entidades segundo o número de pessoas delas diretamente dependentes e segundo o número de pessoas que nelas moram normalmente;

QUADRO VI

CADASTRO DAS CASAS DE CULTO AFRO-BRASILEIRO

B A R R I O S	GRANDE		MÉDIO		PEQUENO		SUB-TOTAL		T O T A L
	COMPLETO	INCOMP.	COMPLETO	INCOMP.	COMPLETO	INCOMP.	COMPLETO	INCOMP.	
01 - AEROPORTO*	11	10	05	11	34	14	50	35	85
02 - AMARALINA/NORD.AMARALINA/ STa. CRUZ	04	-	11	15	06	06	21	21	42
03 - BEIRU/ENGOMADEIRA	05	-	06	05	03	03	14	08	22
04 - BROTAS*	05	-	13	02	39	02	57	04	61
05 - FAZ. GARCIA/FEDERAÇÃO/ENG. VELHO FED.	01	11	09	16	10	18	20	45	65
06 - IAPI/CXA. D'ÁGUA/P. MIÚDO/EST. RAINHA/CIDADE NOVA	07	11	10	25	07	23	24	59	83
07 - ITAPARICA	-	-	-	03	-	-	-	03	03
08 - ITAPAGIPE/MADRAGÕA/CAM. DE AREIA	01	-	03	-	04	04	08	04	12
09 - LIBERDADE/CURUZU/PERO VAZ	06	-	08	20	20	21	34	41	75
10 - MACAÛBAS	-	-	-	04	-	-	-	04	04
11 - MARECHAL RONDON/PIRAJÁ	02	04	04	18	05	13	11	35	46
12 - NOVA BRASÍLIA/J.NOVA ESPERANÇA	04	01	01	01	-	03	05	05	10
13 - PERNAMBUÉS/CABULA	05	01	02	06	01	12	08	19	27
14 - RIO VERMELHO	03	01	02	03	03	10	08	14	22
15 - S. CAETANO/F. GRANDE/S. MARTINS/ RETIRO	06	02	14	19	06	18	26	39	65
16 - SUBÚRBIO FERROVIÁRIO*	07	13	18	52	14	59	39	124	163
17 - SUSSUARANA/P.DA LIMA/S.MARCOS/ M.ESCURA	09	01	03	15	03	19	15	35	50
18 - SETE DE ABRIL/CASTELO BRANCO	02	-	01	04	-	11	03	15	18
19 - URUGUAI/JARDIM CRUZEIRO/MASSARAN DUBA	08	-	15	17	07	12	30	29	59
20 - VALÉRIA	-	05	01	03	-	03	01	11	12
21 - CHAME-CHAME	-	-	02	-	01	-	03	0	03
22 - BOCA DO RIO	02	-	-	11	02	12	04	23	27
23 - OUTROS*	02	-	03	07	-	12	05	19	24
T O T A L	90	60	131	257	165	275	386	592	978

* BAIRRO QUE ENGLOBA OUTRO

3. dimensionamento da população flutuante nas casas; tempo médio de permanência;
4. classificação das principais atividades econômicas desenvolvidas diretamente pelas casas (comércio ambulante de comidas típicas, venda de adornos etc.) e dimensionamento de seu número; quantidade de pessoas a elas dedicadas; classificação segundo níveis de faturamento;
5. pessoas das casas que exercem outras profissões (identificar as atividades);
6. dimensionamento das despesas de manutenção das casas (segundo a tipologia estabelecida);
7. dimensionamento das despesas provenientes dos cultos e obrigações.

No ensaio antes mencionado, o prof. Vivaldo da Costa Lima considerou igualmente a necessidade de serem avaliados outros aspectos, que seriam entretanto deixados para uma outra oportunidade (patrimônio; contribuições e demais receitas e despesas decorrentes da solidariedade do grupo em casos de doença, desemprego, etc.).

4. ROTEIRO DO ESTUDO

O estudo teria esta denominação: MERCADO INFORMAL DE TRABALHO — DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA GOVERNAMENTAL.

Em princípio, consideraria os seguintes temas:

- 1.0. ASPECTOS TEÓRICOS DO MERCADO INFORMAL E SUA RELEVÂNCIA PARA O PROJETO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO
- 2.0. DIMENSIONAMENTO DO MERCADO INFORMAL DA RMS
 - 2.1. Contingente global vinculado ao mercado informal
 - 2.2. Principais categorias e respectivo dimensionamento
- 3.0. ATIVIDADES DOMÉSTICAS E AFINS
 - 3.1. Formas de exercício da atividade e de contratação
 - 3.2. Tendências do processo de absorção dessa mão-de-obra
 - 3.3. Balanço crítico da atividade governamental
 - 3.4. Formas de atuação sugeridas e respectivos programas
- 4.0. ATIVIDADES COMERCIAIS
 - 4.1. Principais categorias do comércio e seu dimensionamento
 - 4.2. Descrição das atividades informais e do funcionamento e abrangência dos órgãos representativos
 - 4.3. Perspectivas do comércio informal em face da modernização dessa atividade
 - 4.4. Conclusões e recomendações
- 5.0. AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E A OCUPAÇÃO
 - 5.1. Apresentação
 - 5.2. O funcionamento dos cultos africanos
 - 5.3. As grandes casas de Salvador e áreas circunvizinhas
 - 5.4. Dimensionamento das casas pequenas e médias
 - 5.5. Situação dos cultos africanos no mercado informal na RMS
- 6.0. OUTRAS ATIVIDADES
 - 6.1. Descrição e dimensionamento
 - 6.2. Balanço da atuação governamental
 - 6.3. Recomendações

M E S E S

TAREFAS

I. Complementação da Pesquisa e dos Levantamentos

I.1. Domésticos

I.2. Comércio

I.3. Candomblé

I.4. Outras Categorias

II. Elaboração dos Relatórios e Programas

II.1. Domésticos

II.2. Comércio

II.3. Candomblé

II.4. Outras

III. Relatório Final

	1	2	3	4	5	6